

# humanitas

Vol. LVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



# HUMANITAS

Vol. LVI • MMIV



## PROVIDENCIALISMO HISTÓRICO E IDEIAS POLÍTICO-SOCIAIS N' OS *LUSÍADAS* DE CAMÕES

MARIA LUÍSA DE CASTRO SOARES

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**Résumé:** L'Histoire du Portugal, dans l'épopée *Os Lusíadas* de Camões, suit l'idéologie augustinienne qui inscrit la création du royaume dans le plan divin. Dès la bataille d'Ourique jusqu'aux Découvertes, la force surnaturelle de la Providence est déterminante et le vrai mobile pour le succès des actions politiques et aventurières des portugais. Cependant, le poète n'est point un inconditionnel défenseur de la guerre. Il faut qu'elle soit «juste»: qu'elle protège les frontières de la patrie ou qu'elle répandit la foi. Ces pensées politiques et religieuses, plus que du désir de domination du monde, englobent surtout le louange des héros, pour éveiller la conscience nationale, et contiennent aussi des critiques à la corruption sociale de l'époque. Enfin, l'aventure maritime des portugais est un parcours initiatique d'un peuple qui construit l'histoire, avec l'aide divine, pour arriver à la plénitude et à la glorification.

No devir temporal, o providencialismo histórico de Santo Agostinho<sup>1</sup> foi abraçado por vários autores, incluindo o nosso poeta épico Camões.

Ao admitir uma entidade sobrenatural no governo dos acontecimentos, ao admitir Deus como regulador onisciente e omnividente da história, essa doutrina tudo orienta para uma visão finalista teológica dos

---

<sup>1</sup> A propósito da interpretação providencialista agostiniana da história, vide Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História e conhecimento histórico* (Lisboa, Verbo, 1968) pp. 97-100; pp.185-190.

acontecimentos e do homem. Aqueles que praticam o bem receberão a recompensa de regressarem ao princípio de onde promanaram: Deus.

A interpretação camoniana da história de Portugal<sup>2</sup> adere, de facto, à concepção providencialista do mundo e da acção humana. Os portugueses são um povo eleito por

«Deus que peleja  
por quem estende a fé da Madre Igreja»<sup>3</sup>.

A missão de dilatar a fé, «a Lei de cima»,<sup>4</sup> com vista à instauração de um império teria sido confiada aos Portugueses, povo, desde as origens da sua nacionalidade, bafejado pela «Divina Providência». Disso é confirmação o escudo real, referido na dedicatória a D. Sebastião:

«(Vede-o no vosso escudo, que presente  
vos mostra a vitória já passada,  
na qual vos deu por armas e deixou  
as que Ele para si na Cruz tomou;»<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> A história de Portugal, na interpretação camoniana, espraia-se, como é sabido, sobretudo pelos Cantos 3, 4 e 5, através da narração feita por Vasco da Gama ao rei de Melinde. No Canto 3, das estâncias 6 a 19, é feito um enquadramento geográfico humano e histórico da Europa. São-lhe ainda dedicadas algumas estâncias do canto 6. (42-69), no episódio dos «Doze de Inglaterra». Porém, ao longo d'Os *Lusíadas*, encontram-se muitas concepções interligando aspectos históricos com aspectos políticos e sociológicos (Cf. Canto 8. 1-43, a explicação ao Cautal das figuras inscritas nas bandeiras feita por Paulo da Gama). O épico não deixa também de realçar os aspectos económicos do tempo e outras realidades históricas quinhentistas, como: o poder do ouro e das diversas riquezas comercializadas que leva a traições e corrupções (8. 98), a importância dos grandes centros económicos e comerciais da Europa (Cf. o episódio da viagem do Magriço, o qual chega ao «grande empório da Flandres», 6. 56), etc. Citamos a epopeia de Camões, a partir da edição, Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas. Obras completas*, vol. V, (prefácio e notas de Hernâni Cidade, Lisboa, Sá da Costa, 1968).

<sup>3</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 10. 40.

<sup>4</sup> *Ibidem*, 10. 151.

<sup>5</sup> *Ibidem*, 1. 7. Os benefícios divinos concedidos a Afonso Henriques, representante do povo português, e confirmados pelas quinas reais são assunto também focado por António FERREIRA, na *Castro*: «Viram-se as reais quinas/ Polo

A formação do país como reino estaria inscrita no plano divino, porquanto Cristo terá deixado por armas aos Portugueses aquelas que Ele tomou para si na Cruz. O poeta faz alusão aos cinco escudetes que representam as chagas do Redentor e que, segundo a lenda, teriam sido esculpidas por D. Afonso Henriques no campo branco do escudo real, depois da batalha de Ourique. Fica assim expresso o sentimento de confiança nacionalista e, embrionariamente, a ideia de eleição de Portugal (com os seus monarcas) como cabeça do império temporal de Deus na terra<sup>6</sup>:

«Eis aqui, quase cume da cabeça  
de Europa toda, o Reino Lusitano,  
onde a terra se acaba e o mar começa  
e onde Febo repousa no Oceano.  
Este quis o Céu justo que floreça  
nas armas contra o torpe Mauritano»<sup>7</sup>

Um tal ideário providencialista, em torno do milagre de Ourique, acentuar-se-á no tempo de união em monarquia dual com a Espanha.

Sobressai, neste período, Frei Bernardo de Brito que exalta os feitos gloriosos de Portugal e incute pelas suas três obras<sup>8</sup> o sentimento de proselitismo nacional. Com ele, a lenda de Ourique encontra a sua expressão definitiva. Na *Primeira Parte da Chronica de Cister*, faz o relato do

---

mesmo Deus dadas/ Àquele rei primeiro». Acto II, vv. 286-295, (Introdução, texto e notas por Nair de Nazaré Castro Soares. Coimbra, Almedina, 1996).

<sup>6</sup> Jorge Borges de MACEDO, após se ter interrogado sobre «quais os aspectos predominantes [dos portugueses] é que lhes valeram uma protecção especial da Providência e uma distinção política intacta, na Península», responde que o luso «não se define (...) como povo eleito, no sentido de uma característica rática ou psicológica em si mesmas. O Português tem uma finalidade específica no Mundo, tão-só pelo seu modo de interpretar a expansão da fé e do império». In «História e Doutrina do Poder n'Os Lusíadas», Sep. *Garcia de Orta* (Lisboa, 1973), p. 10.

<sup>7</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 3. 20.

<sup>8</sup> Frei Bernardo BRITO, *Monarchia Lusytana*, 1.<sup>a</sup> Parte (Lisboa, 1597); *Primeira Parte da Chronica de Cister...* (Lisboa, 1602) e *Elogios dos reis de Portugal...* (Lisboa, 1603).

«milagre»<sup>9</sup>, segundo o qual Cristo, tendo aparecido a D. Afonso Henriques, teria fundado em pessoa o reino de Portugal, na véspera da famosa batalha. Numa mesma linha de pensamento se inscreve o Padre António Vieira, na sua *História do Futuro*, que demonstra como, na véspera da Batalha de Ourique, antes da aparição de Cristo em pessoa a D. Afonso Henriques, um santo eremita veio ter com o príncipe e lhe anunciou a vinda do Senhor:

«Domine bono animo esto: vinces, vinces, et non vinceris. Dilectus es Domino, posuit enim super te et super semen tuum post te oculos misericordiae suae usque in decimam sextam generationem, in qua attenuabitur proles, sed in ipsa attenuata ipse respiciet et videbit»<sup>10</sup>.

A estas palavras que contêm em resumo a história portuguesa até ao governo do cardeal D. Henrique, momento presenciado por Vieira, alia-se a intencionalidade pragmática de libertação do jugo espanhol, que encerra a literatura autonomista. De facto, os textos apontam no sentido de que a perda da independência é promessa de redenção, o cativo uma prova que visa a purificação.

Sem as cambiantes messiânicas da literatura deste período, a imagem da fundação da nacionalidade n'Os *Lusíadas* encerra a ideia de «excelência» de Afonso Henriques – «aquele zeloso (rei) a quem Deus ama;/ Com cujo braço o Mouro imigo doma»,<sup>11</sup>. Por outro lado, realça a

---

<sup>9</sup> Sobre a germinação e desenvolvimento da lenda de Ourique, pelo acrescentamento de diversos mas importantíssimos pormenores (desde a *Primeira Crónica General de España* (1289), à *Crónica de Vinte Reis*, à IV.<sup>a</sup> *Crónica Breve de Santa Cruz*, ao *Livro das Linhagens* do Conde D. Pedro, à *Crónica Geral de Espanha de 1344* até à *Crónica de 1419*), vide Luís Filipe Lindley CINTRA, «Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à *Crónica de 1419*)», Sep. *Miscelânea de Estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade* (Lisboa, 1957) 5-52.

<sup>10</sup> Padre António VIEIRA, *História do futuro. Obras escolhidas*, I (Lisboa, Sá da Costa, s/d.) p. 93.

<sup>11</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 8. 11. Duas vezes no texto épico D. Afonso Henriques é, entre outros atributos elogiosos, nomeado de «excelente»: ele é o «excelente Príncipe» (3. 46) e, ao referir-se às suas vitórias, o poeta lembra «Os que desbaratava este excelente», (8. 12). A propósito, vide Albin Eduard BEAU, *A realza na poesia medieval e renascentista portuguesa* (Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1959). O autor, ao abordar o engrandecimento do poder real n'Os

*Lusiadas* (próprio do ambiente quinhentista presenciado por Camões), aponta a variedade e o número de atributos elogiosos aos monarcas e conclui que «o rei mais epitetado por estes atributos é D. Afonso Henriques» e que o seu enaltecimento é comparável à «celebração poética dos heróicos descobridores e conquistadores, suas façanhas, os perigos elementares enfrentados e as adversidades vencidas», p. 85. Afonso Henriques é «gram (grande) subido e ilustre» (3. 53, 68, 74, 36); «famoso» (3. 84); «amado, estimado, querido ou bemquisto» (3. 46); «forte» (3. 35, 69); «valente ou valeroso» (3. 68, 84); «alto» (3. 46); «excelente» (3. 46; 8. 12); «triumfante» ou «virtuoso» (3. 83); «claro e zeloso» (3. 33; 8. 11).

Camões não se refere, porém, à santidade de Afonso Henriques, como acontecia na obra de vários outros autores epocais. Lembramos António FERREIRA, na sua tragédia *Castro* (acto I, vv. 36-40, cit., p.79) onde exalta a memória do primeiro monarca: «Daquele grande Afonso forte e Santo,/Por poderosa mão de Deus alçado/Entre armas, ant'ímigos, o real ceptro/Do grande Portugal, que inda está tinto/Do sangue de infieis por seu bom braço»

Outro autor quinhentista, Duarte Nunes LEÃO (1530-1608), nas suas *Crônicas dos reis de Portugal* (Porto, Lello e Irmão, 1975), especificamente na *Chronica del Rei Dom Afonso Henriquez*, descreve as «Feições del Rei...» da seguinte forma laudatória: «Foi el Rei de sua pessoa mui fermoso & bem composto, & que com muita serenidade que tinha, representaua hua brauura que conuinha a hum grande capitão, que hauia de ser o terror dos Mouros. Por suas muitas virtudes, liberalidade & justiça, era mui amado, & mui venerado dos seus, & muito temido dos inimigos. Era tam confiado de si, que (...) o que elle determinaua de fazer daua o por acabado (...)» (p. 97). O cronista refere-se depois aos «Costumes & esforço del Rei Dõ Afonso Henriquez», o qual «Em magnanimidade & fortaleza de braço, podia contender com qualquer dos maiores capitães antigos. Foi tam grande cortador de espada que na batalha onde ele entraua, fazia sempre campo largo». Após a referência à «sepultura del Rei Dõ Afonso Henriquez», «donde el Rei Dom Manuel o mandou tirar» (...), Duarte Nunes de Leão assinala a «Santidade & milagres del Rei Dõ Afonso Henriquez», porque «na qual trasladação se vio seu corpo inteiro. Por a muita deuação & affeição que tiue aaquelle *santo* Rei, de que ouuira grandes cousas sendo eu estudante em Coimbra, alcancei com minha diligência, assi dos padres antigos, que forão de Santa Cruz, como da gente da cidade, muitas cousas & milagres, que eu tenho». Seguidamente, o cronista manifesta o seu espanto pelo facto de os reis seus descendentes não procurarem a sua canonização. E atribui isso a calúnias e blasfémias que sobre ele e a rainha sua mãe se teceram. Descreve, depois, a cota de armas ou sobreveste que o monarca envergava, quando das batalhas e ao seu efeito milagroso nos trabalhos de parto.

ideia de que o monarca – como os seus directos sucessores – o é «por divino/ Conselho»<sup>12</sup> e por eleição popular:

«Com tal milagre os ânímos da gente  
portuguesa inflamados, levantavam  
por seu Rei natural este excelente  
príncipe, que do peito tanto amavam;  
e diante do exército potente  
dos inimigos, gritando, o céu tocavam,  
dizendo em alta voz: Real, real,  
por Afonso, alto rei de Portugal!»<sup>13</sup>

O que fica por detrás destes e outros episódios, que traduzem a maneira camoniana de ver determinados aspectos políticos, é uma teoria da história portuguesa. Esta encerra a concepção da unidade que é a nação, com vários «vassalos», comparáveis aos «membros» regidos pela «cabeça»:

«E porque é de vassalos o exercício  
que os membros tem, regidos da cabeça,  
não quererás, pois tens de Rei o ofício,  
que ninguém a seu Rei desobedeça»;<sup>14</sup>

A entronização do rei<sup>15</sup> resulta da directa manifestação da vontade divina. O poder vem-lhe pela mediação do povo e do Papa, mas promana

---

A ela «se tinha em tanta estima, como de hua preciosa relíquia, por ser daquelle Rei *santo*, & que as mulheres daquela cidade, que estauão de parto, & padeção trabalho, a mandauão pedir, & logo em se cobrindo com ella, se vião liures.

Aqual em hum incendio, que houve na sacristia do moesteiro, se queimou, com grande pezar das mulheres da cidade». (Ib., p. 97. Itálicos nossos).

Sobre a santidade de D. Afonso Henriques e a aparição de Cristo em pessoa ao referido rei, cf. João de BARROS, *Crónica do imperador Clarimundo*, (Lisboa, Marques Braga, 1953) p. 94: «Onde Cristo em carne aparecerá/mos-trando as chagas publicamente./Ao qual este rei *santo* e prudente/Dirá: ó meu Deus, a mim para quê?/Lá aos hereges imigos da fé/De fé em que eu ando de amor mui ardente.» (Itálicos nossos).

<sup>12</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 10.146.

<sup>13</sup> *Ibidem*, 3. 46.

<sup>14</sup> *Ibidem*, 2. 84.



de Deus. Aliás, tais considerações não são novas, mas provindas da órbita do pensamento medieval<sup>16</sup>.

O sentido da Ordem e da Hierarquia na Idade Média dita que a legitimidade do governante para exercer os seus poderes assenta na chancela divina. Trata-se da «expressa comissom deuynal»<sup>17</sup>, de que nos fala o infante D. Pedro no *Tratado da virtuosa bemfeitoria*.

A mesma linha ideológica é seguida por Fernão Lopes, nos prólogos das suas crónicas<sup>18</sup> e por Camões, quando encara o poder na linha descensional e incita o monarca a exercê-lo, já que lhe é divinalmente concedido.

Na concepção camoniana, «o rei é o símbolo da Pátria, do vigor, da unidade do reino e supremo agente do valor nacional»<sup>19</sup>. Daí os encómios e os atributos laudatórios que acompanham os nomes régios portugueses, existentes no texto não apenas por exigências do estilo épico. Para além do panegírico, há uma concepção moral da realeza que assenta no binómio *temor e amor* (que o épico aplica a D. Manuel), sendo o valor do último elemento nitidamente superior ao primeiro e o mais relevante na correlação existente entre o rei e o povo:

«...rogo e palavras amorosas,  
é um mando nos Reis que a mais obriga.»<sup>20</sup>

---

<sup>15</sup> Acerca da entronização, especificamente sobre a doutrina da «investidura» medieval dos reis, vide Marcello CAETANO, *História do direito Português. Fontes, direito público (1140-1495)* (Lisboa, 1981) pp. 472-473.

<sup>16</sup> Cf., a propósito, Luís de Sousa REBELO, *A Concepção do Poder em Fernão Lopes* (Lisboa, Livros Horizonte, 1983) pp. 18-22 da «Introdução» e cap. II «A eleição do Mestre de Avis», pp. 40 e sqq.

<sup>17</sup> Infante D. PEDRO, *O Livro da virtuosa bemfeitoria*, in *Obras dos Príncipes de Avis*, (Organização de M. Lopes de Almeida, Porto, 1981) p. 602.

<sup>18</sup> Cf., a propósito, Luís de Sousa REBELO, cit., p. 41.

<sup>19</sup> Albin E. BEAU, *A realeza na poesia medieval e renascentista portuguesa*, cit., p. 86.

<sup>20</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 4. 78. A valorização do amor ao rei em detrimento do *temor* é, entre outros factores, «testemunho de uma concepção antimaquiavélica de Camões», no dizer de Martim de ALBUQUERQUE, «Em torno das ideias políticas de Camões», sep. *Portugaliae Histórica*, I (Lisboa, 1973) p. 100.

E o poeta alude ao fratricídio como crime menor do que qualquer levantamento contra o Rei e a Pátria: «Que menos é querer matar o irmão,/ Quem contra o Rei e a Pátria se alevanta»<sup>21</sup>. Porém, espera-se do rei a responsabilidade, a consciência da sua dignidade, a «benignidade»<sup>22</sup>, a «leda humanidade»<sup>23</sup> e do capitão ou chefe militar que seja mais

«...um brando companheiro  
para os seus, que juiz cruel e inteiro.»<sup>24</sup>

Entretanto, o poeta não glorifica e enaltece incondicionalmente. Não celebra maus governantes, desumanos, injustos ou interesseiros e recusa-se a lisonjear apenas para ser agradecido:

«Pois logo, em tantos males, é forçado  
que só vosso favor me não faleça,  
principalmente aqui, que sou chegado  
onde feitos diversos engrandeça:  
dai-mo vós sós, que eu tenho já jurado  
que não no empregue em quem o não mereça,  
nem por lisonja louve algum subido,  
sob pena de não ser agradecido.»<sup>25</sup>

---

<sup>21</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 4. 32.

<sup>22</sup> Luís de CAMÕES, *Rimas*, «Mui alto Rey, a quem os Céos em sorte» (Texto estabelecido e prefaciado por A. J. Costa Pimpão. Coimbra, Atlântida, 1973) p. 298.

<sup>23</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 10. 149.

<sup>24</sup> *Ibidem*, 10. 45.

<sup>25</sup> *Ibidem*, 7. 83. Cf. ainda as estrofes seguintes (84-86), que todas concorrem para a mesma ideia de recusa do poeta em celebrar, engrandecendo-os, aqueles que o não mereçam: est. 84 «Nem creiais, Ninfas, não, que fama desse/a quem ao bem comum e do seu Rei/antepuser seu próprio interesse,/inimigo da divina e humana Lei./Nenhum ambicioso que quisesse/subir a grandes cargos, cantarei,/só por poder com torpes exercícios/usar mais largamente de seus vícios»; est. 85 «Nenhum que use de seu poder bastante/para servir a seu desejo feio,/e que, por comprazer ao vulgo errante,/se muda em mais figuras que Proteio./Nem, Camenas, também cuideis que cante/quem, com hábito honesto e grave, veio,/por contentar o Rei, no ofício novo,/a despir e roubar o pobre povo!» ; est. 86 «Nem que acha que é justo e que é direito/guardar-se a lei do Rei severamente,/e não acha que é

Limita-se a engrandecer:

«Aqueles sós direi que aventuraram  
por seu Deus, por seu Rei, a amada vida,  
onde, perdendo-a, em fama a dilataram,  
tão bem de suas obras merecida»<sup>26</sup>

Para Camões, o poder real é um exercício de responsabilidade. A deficiente actuação do monarca seria comprometedora do equilíbrio nacional<sup>27</sup>, porque «é certo que co Rei se muda o povo»<sup>28</sup>. Daí a intenção camoniana de assegurar a fama justa àqueles que, em lugar do abuso do poder, sustentam o reino e as suas conquistas, revelando-se verdadeiros heróis:

«...aqueles que por obras valerosas  
se vão da lei da morte libertando:  
cantando espalharei por toda a parte»<sup>29</sup>

Apenas a estes destinava Camões o seu poema, consciente do poder das *letras* contra o esquecimento e da elevada missão do poeta<sup>30</sup>, que assegura perpetuidade aos feitos gloriosos dos Portugueses.

No dizer de Borges de Macedo, «*Os Lusíadas* tornam-se um cântico de evocações seleccionadas dentro da interpretação histórica e civil de

---

justo e bom respeito/que se pague o suor da servil gente;/nem quem sempre,  
com pouco experto peito,/razões aprende, e cuida que é prudente,/para taxar,  
com mão rapace e escassa,/os trabalhos alheios que não passa».

<sup>26</sup> *Ibidem*, 7. 87.

<sup>27</sup> A responsabilidade da governação, as dificuldades de sustentar o equilíbrio de um país focadas por Camões são um tópico comum a outros autores epocais. António FERREIRA, por exemplo, chega a afirmar, pela boca de uma personagem da sua tragédia *Castro*, que «Ninguém menos é rei que quem tem reino», acto II, 194, cit., p. 177.

<sup>28</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 4. 17.

<sup>29</sup> *Ibidem*, 1. 2.

<sup>30</sup> Sobre a função elevada da poesia e a missão, dignidade e mérito do poeta, que «pretende não só igualar, como até ultrapassar Homero e Virgílio», ao cantar a «glória e a fama» dos Portugueses. Vide Albin Eduard BEAU, *A Realeza na poesia medieval e renascentista portuguesa*, cit., pp. 80 - 82.

Camões»<sup>31</sup>. Mas é um complemento indispensável à excelência dos escolhidos o auxílio providencial. O Português sempre lutou em minoria, com forças desiguais, sem perder a confiança na vitória.

No relato da famosa batalha de Ourique, é realçada essa diferença numérica:

«Já no campo de Ourique se assentava  
o arraial soberbo e belicoso,  
defronte do inimigo sarraceno,  
posto em força e gente tão pequeno;»<sup>32</sup>

A Providência ajuda, porém, o exército de Afonso Henriques, que se preocupa em executar-Lhe os desígnios:

«Em nenhuma outra cousa confiado,  
senão no sumo Deus que o céu regia  
que tão pouco era o povo baptizado,  
que, para um só, cem Mouros haveria.»<sup>33</sup>

A gênese da nação estava inscrita no plano divino, logo Deus não se desviaria do reino por Ele, em pessoa, criado<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> Jorge Borges de MACEDO, «História e Doutrina do Poder n'Os *Lusíadas*, in cit., p. 19.

<sup>32</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 3.42. A mesma situação de minoria dos portugueses, que nunca perdem na guerra a firmeza, é também evocada por Paulo da Gama, na descrição das bandeiras ao Catual: «Quem é, me dize, estoutro que me espanta/(pergunta o Malabar maravilhado),/que tantos esquadrões, que gente tanta,/com tão pouca, tem roto e destroçado!» (Ibidem, 8. 10).

A mesma ideia é reiterada ao longo da épica, em 3. 99 («...não é das forças Lusitanas/temer poder maior, por mais pequeno;»); 4. 12 (D. João I «Co'os poucos de seu Reino se aparelha;»); 8. 22, («Mas vê que (Martim Lopes) um Português com pouca gente/ o desbarata e o prende (o castelhana) ousadamente»); 8. 35 («Olha que dezassete Lusitanos,/neste outeiro subidos se defendem/ fortes, de quatrocentos Castelhanos,»); 8. 36 («Sabe-se antigamente (no tempo de Viriato) que trezentos/ já contra mil Romanos pelejaram,»).

<sup>33</sup> Ibidem, 3. 43.

<sup>34</sup> Nesta mesma linha de pensamento se inscreve Padre António VIEIRA que, além de reconhecer a criação de Portugal pelo próprio Deus, confere ao país

Quanto àqueles que garantiram a continuidade nacional e que pugnaram ao lado dos reis, são evocados na epopeia como heróis e os seus feitos bélicos como glória exemplar:

«...maravilha  
feita de Deus, que não do humano braço»<sup>35</sup>;  
«De Deus guiada só e de santa estrela»<sup>36</sup>.

Estende-se à actuação dos homens a necessidade de socorro divino,

«Porque mui pouco vale esforço e arte  
contra infernais vontades enganosas;  
pouco vale coração, astúcia e siso,  
se lá dos Céus não vem celeste aviso.»<sup>37</sup>

A leitura camoniana da crise de 1383-1385, a importância que dá aos factos e heróis manifestam a sua concepção de poder real.

Quando da fundação da nacionalidade, Afonso Henriques foi eleito «por Deus e pelo povo juntamente»<sup>38</sup>, por forma a alargar e definir as fronteiras do território nacional.

Igualmente, na revolução do século XIV, a independência pátria baseia-se no comprometimento entre o rei escolhido, as «gentes populares» (que «aprovam/ A guerra com que a pátria se sustinha»<sup>39</sup>) e a nobreza fiel, de que Nuno Álvares é representante. A consagrar a eleição do monarca português, não faltou em Aljubarrota a ajuda da Providência<sup>40</sup> ao «Capitão devoto, que: apartado,/ orando invoca a

---

um lugar de destaque no mundo: «He gloria singular do Reyno de Portugal, que só elle entre todos os do mundo, foi fundado e instituído por Deos». In *Sermoens do P. Antonio Vieira – Segunda parte* (edição princeps, 1682), p. 130.

<sup>35</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 8. 24.

<sup>36</sup> *Ibidem*, 8. 29.

<sup>37</sup> *Ibidem*, 2. 59.

<sup>38</sup> *Ibidem*, 3. 48.

<sup>39</sup> *Ibidem*, 4. 22.

<sup>40</sup> Sobre a concepção nacional e popular da origem divina do monarca português, cf., Pedro CALMON, *O estado e o direito n'«Os Lusíadas»* (Lisboa, Dois Mundos, 1945).

suma e trina Essência», quando era «quase já desbaratado/ o poder Lusitano»<sup>41</sup>.

Trata-se de uma *guerra justa*<sup>42</sup>, porque, sendo embora contra católicos, é apenas defensiva. Daí a «santa confiança» do condestável

«como quem tinha em Deus a segurança  
da vitória que logo lhe daria»<sup>43</sup>.

O conceito de «guerra justa» em Camões bifurca-se, sendo os dois ramos: a luta para garantir a defesa do território e, neste caso, poder-se-ia operar o combate contra católicos; e a luta contra os inimigos da Fé<sup>44</sup>.

De qualquer modo, a Providência ter-se-ia interessado pelo auxílio dos Portugueses desde a formação do reino, porque, de início, tratava-se de rejeitar o invasor muçulmano ao expulsá-lo das suas fronteiras e, posteriormente, tratava-se de – com as descobertas e expedições longínquas – executar a missão recebida pelo Céu de levar as luzes da Fé a todas as nações da Terra:

«Assi do Céu deitadas são as sortes,  
que vós, por muito poucos que sejais,  
muito façais na Santa Cristandade»<sup>45</sup>

É comungando desse espírito de luta contra a religião maometana que Camões – com os Portugueses – procura atrair para a Igreja e para Portugal as terras onde grassa o *vício*, quando se propõe cantar n'Os *Lusíadas*:

«...as memórias gloriosas  
daqueles Reis que foram dilatando

---

<sup>41</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 8. 30.

<sup>42</sup> Sobre o conceito de «guerra justa» defendida por Camões, cf. Pedro CALMON, *O estado e o direito n'Os Lusíadas*, ( op. cit.). A expressão é, no entanto, empregue pelo próprio épico n'Os *Lusíadas*, quando reprova a aliança de Franceses aos Turcos: «De Carlos, de Luís, o nome e a terra/ herdaste, e as causas não da *justa guerra?*» (7. 7. Itálicos nossos).

<sup>43</sup> *Ibidem*, 8. 31.

<sup>44</sup> Este conceito de «guerra justa» permanece, explicita-se e amplia-se com o Padre António VIEIRA, quando afirma: «He verdade, que algumas vezes tiverão guerra os Portugueses contra Catholicos; mas guerra defensiva sómente, nunca offensiva. Tem Portugal para os Catholicos o escudo; para os Infieis a espada». In *Sermoens do P. António Vieira. Segunda parte*, cit., p. 142.

<sup>45</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 7. 3.

a Fé, o Império, e as terras *viciosas*  
de África e Ásia andaram devastando»<sup>46</sup>

O poeta não se deixa abalar pelo argumento visível da fraqueza de recursos humanos da nação portuguesa. O exíguo número de guerreiros não é obstáculo insuperável. O número pode prevalecer contra a razão, mas não contra a Providência divina, em Quem os heróis depositam a sua confiança, desde o passado em Ourique:

«A matutina luz, serena e fria,  
as Estrelas do Pólo já apartava,  
quando na Cruz o Filho de Maria,  
amostrando-se a Afonso, o animava.  
Ele, adorando Quem lhe aparecia,  
na Fé todo inflamado assim gritava:  
Aos Infiéis, Senhor, aos Infiéis,  
e não a mim, que creio o que podeis!»<sup>47</sup>

Basta o estilo da estância que acabamos de citar para revelar o seu carácter não puramente histórico. Nela, há claros indícios do conhecimento de alguma versão lendária do «milagre» de Ourique, provavelmente, a *Crónica de D. Afonso Henriques* (1505) de Duarte de Galvão, cuja base é a *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* (1419)<sup>48</sup>. Atribuída pela

---

<sup>46</sup> Ibidem, 1. 2. (Itálicos nossos).

<sup>47</sup> Ibidem, 3. 45.

<sup>48</sup> O relato do «milagre» de Ourique narrado pela *Crónica* de 1419 é fundamentalmente idêntico ao de Duarte Galvão, pelo que Lindley CINTRA («Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique até à crónica de 1419», in cit., p. 8) defende o seguinte: «Tornou-se absolutamente claro que desde que apareceu a *Crónica de 1419* que foi a sua narração do reinado de Afonso Henriques a base de toda a obra de Duarte Galvão. Este limitou-se a acrescentar o prólogo e dois capítulos, a retocar o estilo de todo o texto e, aqui e além, muito raramente, a acrescentar uma breve notícia ou um comentário. No que se refere à expedição de Ourique, nada introduziu de essencial. O seu relato é fundamentalmente idêntico ao da *Crónica dos Sete Primeiros Reis*.»

crítica a Fernão Lopes<sup>49</sup>, a *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal* coloca-nos perante a mais antiga narração da lenda de Ourique, em que surge o episódio da aparição de Cristo<sup>50</sup> e do misterioso ermitão, contados no «estilo característico das prosificações de poemas épicos»<sup>51</sup>. Em conjunto, a *Crónica de 1419* e a de Duarte Galvão reflectem a mesma narração de cunho tradicional e lendário, feita por extenso, de episódios constantes n'Os *Lusíadas*, tais como: a entrada do «Príncipe Afonso» «além do claro Tejo deleitoso»<sup>52</sup>; a chegada do exército lusitano, ao «arraial soberbo e belicoso» que «já no campo de Ourique se assentava»<sup>53</sup>; o seu encontro com o exército dos «Cinco Reis Mouros... inimigos,/ dos quais o principal Ismar se chama»<sup>54</sup>; a sua aclamação como rei no campo de

---

<sup>49</sup> Cód. 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, publicado por A. de Magalhães BASTO em edição diplomática, com o título de *Crónica de Cinco Reis de Portugal*, vol. I (Porto, 1945) e cod. 965 da Biblioteca da Casa Cadaval, editado, primeiro parcialmente – só a *Crónica de D. Dinis* (Coimbra, 1947) – depois, na

íntegra, *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, (Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952-1953, 3 vols.) por Carlos da Silva TAROUCA, (S.J.).

Lindley CINTRA defende «a hipótese de os mss. (supra-citados) conterem efectivamente a parte perdida da obra de Fernão Lopes, mas ainda sob a forma de rascunho» in, cit., nota 1, p. 5. A atribuição da *Crónica* a Fernão Lopes foi igualmente defendida pelos descobridores dos *códices* referidos, principalmente, A. de Magalhães BASTO, *Fernão Lopes. Suas «Crónicas Perdidas» e a Crónica Geral do Reino – A propósito duma crónica quatrocentista inédita dos cinco primeiros reis de Portugal* (Porto, 1943) e *A tese de Damião de Góis em favor de Fernão Lopes. A posição da «Crónica de Cinco Reis» em face dessa tese* (Porto, 1951). Numa mesma linha de pensamento se inscreve Álvaro Júlio da Costa PIMPÃO, *História da Literatura Portuguesa*, I (Coimbra, 1947) pp. 250-251. Idem «Terão aparecido as crónicas perdidas de Fernão Lopes?», *Biblos* 26, (Coimbra, 1951).

<sup>50</sup> Vide, a propósito, Lindley CINTRA, «Sobre a formação e evolução da lenda de Ourique (até à *Crónica de 1419*)», in, cit., pp. 5-6.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>52</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 3. 42.

<sup>53</sup> *Ibidem*, 3. 42.

<sup>54</sup> *Ibidem*, 3. 44. O primeiro texto cronístico, onde surge a informação sobre o nome do rei mouro «Ismar» e sobre o seu acompanhamento por cinco reis é a *Crónica Geral de Espanha* de 1344, cap. DCCVIII, onde se narra



batalha («...levantaram/ por seu Rei natural este excelente/ príncipe,...;/ e diante do exército potente/ dos inimigos, gritando o céu tocavam,/ dizendo em alta voz: Real, real,/ por Afonso, alto Rei de Portugal!»<sup>55</sup>); e o relato do combate, cheio de movimento e visualismo, onde «fica vencedor o Lusitano»<sup>56</sup>:

«Cabeças pelo campo vão saltando,  
braços, pernas, sem dono e sem sentido,  
e doutros as entranhas palpitando,  
pálida a cor, o gesto amortecido.  
Já perde o campo o exército nefando;  
correm rios de sangue desparzido,  
com que também do campo a cor se perde,  
tornado carmesi de branco e verde»<sup>57</sup>

Uma ideia fundamental neste episódio – e que era também notória no grupo de textos cronísticos que lhe serviram de fonte – é a de que se trata de uma grande vitória cristã contra o «Mauro Hispano»<sup>58</sup>:

«O Português o encontra denodado  
pelos peitos as lanças lhe atravessa;  
uns caem meios mortos, e outros vão  
a ajuda convocando do Alcorão»<sup>59</sup>

Os vários detalhes sobre a fundação do reino deixam claro que o Infiel é esmagado em cumprimento de uma vontade divina. O reconhecimento humano desse auxílio fica impresso na bandeira do reino, pin-

---

«Como o príncipe dom Affonso foy feito rey e veenceo a batalha d’Ourique».

<sup>55</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 3. 46.

<sup>56</sup> *Ibidem*, 3. 53.

<sup>57</sup> *Ibidem*, 3. 52. O movimento e as sensações sonoras percorrem o veemente episódio da batalha de Ourique (3. 47-52). Repare-se no relato do início do combate em que o «Rei novo»; «O Bárbaro comete, apercebido/ co animoso exército rompente./ Levantam nisto os Perros o alarido/ dos gritos, tocam a arma, ferve a gente,/as lanças e arcos tomam, tubas soam,/ instrumentos de guerra tudo atroam!» (3. 48).

<sup>58</sup> *Ibidem*, 3. 53.

<sup>59</sup> *Ibidem*, 3. 50.

tada nos dias imediatos à batalha, estando ainda «o grão Rei no campo» de Ourique:

«Aqui pinta no branco escudo ufano,  
que agora esta vitória certifica,  
cinco escudos azuis esclarecidos,  
em sinal destes cinco reis vencidos  
E nestes cinco escudos pinta os trinta  
dinheiros por que Deus fora vendido,  
escrevendo a memória, em vária tinta,  
*daquele de Quem foi favorecido.»*<sup>60</sup>

A própria disposição dos escudos azuis na bandeira, em forma de cruz, mais não é do que uma homenagem a Cristo:

«Em cada um dos cinco, cinco pinta,  
porque assi fica o número cumprido,  
contando duas vezes o do meio,  
dos cinco azuis que em cruz pintando veio»<sup>61</sup>

Camões não é um incondicional defensor da guerra<sup>62</sup>. A vitória foi justa, porque derrotou os inimigos da fé. Porém, os portugueses nem sempre se mantiveram fiéis a esse propósito bélico e Camões expõe casos duvidosos em que a guerra não foi justa e, como tal, o seu realizador deve ser punido. É disso exemplo a actuação para com a sua mãe de Afonso Henriques, o «Rei sublime», que foi «...finalmente,/ do divino Juízo castigado»<sup>63</sup>. A ele, Deus «resguarda» e «castiga» conforme o merecimento. Quando «vencido de ira o entendimento,/ a mãe em ferros ásperos atava»<sup>64</sup>, conquistava a «maldição» e o castigo:

«...o alto Deus, que para longe guarda

<sup>60</sup> Ibidem, 3. 54. (Itálicos nossos).

<sup>61</sup> Ibidem, 3. 54.

<sup>62</sup> Vide, e.g. (3. 96) o louvor do reinado de D. Dinis, onde o reino «floresce» e há «paz divina»: «E depois vem Dinis, que bem parece/do bravo Afonso estirpe nobre e dina,/ (...) / Com este reino próspero floresce/ (alcançada já a paz áurea divina) / em Constituição, leis e costumes, / na terra já tranquila claros homens!». Veja-se também o quadro pungente do fim da batalha de Aljubarrota (4. 40-44).

<sup>63</sup> Ibidem, 3. 74.

<sup>64</sup> Ibidem, 3. 33.

o castigo daquele que o merece,  
 ou para que se emende, às vezes tarda,  
 ou por segredos que o homem não conhece,  
 se até 'qui sempre o forte rei resguarda  
 agora lhe não deixa ter defesa  
 da maldição da mãe que estava presa.»<sup>65</sup>

Além da dimensão histórica d'*Os Lusíadas*, transparece na obra o pensar camoniano sobre a organização social e familiar. Na família sonhada por Camões, aos pais é concedida a autoridade sobre os filhos e o desvio da obediência filial merece o castigo divino. A mãe de Afonso Henriques

«Mas de Deus foi vingada em tempo breve,  
 Tanta veneração aos pais se deve!»<sup>66</sup>.

Contrariamente à organização hierarquizada da sociedade feudal medieva, Camões adere ao princípio da unidade política numa multiplicidade social. A diversidade humana é por ele reconhecida, inclusive dentro de um mesmo estrato social; um rei pode ser «fraco» (e) ou «excelente», um nobre pode sê-lo de nascimento e alma ou pode apenas sê-lo sem merecê-lo. Assim acontece, quando, vivendo de parasitismo, de corrupção ou ao sabor das conveniências do momento, converte «o esforço antigo»:

«em desusada e má deslealdade,  
 podendo o tempo mais, gelado, inerte,  
 que a própria e natural fidelidade.  
 Negam o Rei e a Pátria e, se convém,  
 negarão, como Pedro, o Deus que tem»<sup>67</sup>

Os oportunistas, nobres ou religiosos, que exploram o povo em benefício próprio ou do monarca, também não são poupados. E, além desta severa condenação da prepotência das classes superiores, o poeta denuncia ainda a hipocrisia:

«Nenhum que use de seu poder bastante  
 pera servir a seu desejo feio,

<sup>65</sup> Ibidem, 3. 69.

<sup>66</sup> Ibidem, 3. 33.

<sup>67</sup> Ibidem, 4. 13.

e que, por comprazer ao vulgo errante,  
se muda em mais figuras que Proteio,  
nem, Camenas, também cuideis que cante  
quem, com hábito honesto e grave, veio,  
por contentar o Rei no ofício novo,  
a despir e roubar o pobre povo»<sup>68</sup>.

O «pobre povo» é aqui encarado com carinho, enternecimento e piedade. Trata-se da «servil gente» a quem é justo «que se pague o suor»<sup>69</sup> do trabalho. Mas o poeta perspectiva-o também diversamente. Não raro o vê, segundo o prisma do humanista, com um certo desdém, como «soberbo povo duro»<sup>70</sup>, «povo rudo»<sup>71</sup>, «nescio povo humano»<sup>72</sup>.

Se é uma evidência que, com várias condições, os homens estabelecem entre si relações de interdependência, é porém Camões quem, mais do que qualquer poeta anterior, acentua esta correlação interpessoal dos vários membros da sociedade.

A pátria é simbolizada pelo Rei, mas este encarna o poder que lhe vem por direito divino e «levantamento» popular. Fica assim estabelecida a relação entre os homens, e entre estes e Deus.

Na dedicatória a D. Sebastião (que assegura a protecção do reino: «bem nascida segurança/ da lusitana antiga liberdade» e promete o «aumento da pequena cristandade»<sup>73</sup>), o poeta lembra ao monarca a

<sup>68</sup> Ibidem, 7. 85.

<sup>69</sup> Ibidem, 7. 86.

<sup>70</sup> Ibidem, 2. 79. Sobre a concepção de *povo* em Camões e sua «importância (...) no desenvolvimento da consciência nacional portuguesa». Vide Martim de ALBUQUERQUE, «Em torno das ideias políticas de Camões», in cit., pp. 402 e sqq.

<sup>71</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 5. 69; 10. 116.

<sup>72</sup> Ibidem, 8. 49. Este desdém em relação ao povo, enquanto massa, plebe genérica e informe está também expresso na lírica. Nas oitavas «A Dom António de Noronha sobre o desconcerto do mundo», encontramos a seguinte fórmula de significado negativo: «Deixo outras obras vãs do *vulgo errado*» (*Rimas*, cit, p. 288. Itálicos nossos), que se repete nas oitavas «A Dom Constantino, Vizo-Rei da Índia»: «...contra a opinião do *vulgo errado*» (Ib., p. 292. Itálicos nossos). Nestas mesmas oitavas, os exemplos multiplicam-se. O poeta refere-se ao «baixo vulgo» (ib., p. 293), ao «vitupério vil das rudes gentes (Ib., p. 293), ao «vil povo horrendo!» (Ib., p. 296), etc.

<sup>73</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 1. 6.

valentia e excelência dos seus «vassalos», verdadeiros nobres, virtuosos, activos e servidores, movidos pelo «amor da pátria»:

«Ouvi: vereis o nome engrandecido  
daqueles de quem sois senhor superno.  
e julgareis qual é mais excelente,  
se ser do mundo rei, se de tal gente.»<sup>74</sup>

O poeta consagra, em suma, o canto àqueles que dedicaram «a vida pela Pátria e pelo Estado»<sup>75</sup>, procurando por «as cousas em memória/ Que merecem ter eterna glória!»<sup>76</sup>. Mas, profundamente decepcionado com um presente mundo corrupto, denuncia-o e a sua obra torna-se ampla expressão da variedade humana que compõe o corpo social. Os diversos membros da sociedade estão entre si em correlação e todos em permanente compromisso com a Pátria. Disso é exemplo o episódio do cativo do Infante Santo;

«Que, por salvar o povo miserando  
cercado, ao Sarraceno se entregava.  
Só por amor da pátria está passando  
a vida, de senhora feita escrava,  
por não se dar por ele a forte Ceita.»<sup>77</sup>

A importância das relações interpessoais faz que haja o comprometimento entre o rei e o povo; a acção do primeiro determina o comportamento do segundo. Ao comentar a inércia do monarca D. Fernando I, o poeta afirma que «um fraco Rei faz fraca a forte gente»<sup>78</sup>.

Além da interdependência humana, há uma correlação entre o homem e Deus. Este necessita daquele para executar os Seus desígnios, representados pelas boas acções e o homem necessita da Divindade para poder realizá-los:

«As obras, que são boas, e o desvio,  
está nas mãos dos homens cometê-las

---

<sup>74</sup> *Ibidem*, 1. 10.

<sup>75</sup> Luís de CAMÕES, *Rimas*, cit., Elegia II, «Que novas tristes são, que novo dano», p. 253.

<sup>76</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 7. 82.

<sup>77</sup> *Ibidem*, 4. 52.

<sup>78</sup> *Ibidem*, 3. 138.

e nas de Deus está o sucesso delas.»<sup>79</sup>

O último verso do passo que acabámos de citar deixa claro o seguinte: só a mão de Deus permite ao homem realizar boas acções no mundo («*Sucesso das obras*» → «*Deus*»).

Em outro passo lírico, extraído das redondilhas «Sôbolos rios que vão», acrescenta-se a esta ideia a de que só o impulso da Graça permitirá a ascese do homem ao divino:

«A vós só me quero ir,  
 Senhor e grão Capitão  
 da alta torre de Sião  
 à qual não posso subir  
 se me vós não dais a mão»<sup>80</sup>

O comportamento e a conduta do homem não são, porém, determinados por Deus.

Dotado de livre arbítrio, faz o seu próprio destino<sup>81</sup>: pode optar pela recta actuação ou pela sua desvirtuação («*Obras*» → «*homem*»). As traições à Pátria – fundada por Cristo, pelo braço de D. Afonso Henriques – são traições a Deus e produto exclusivo da vontade humana. O Senhor do mundo posiciona-se então relativamente ao homem como um juiz seu castigador ou favorecedor.

N'Os *Lusíadas*, ao nível da acção textual, além de Vénus, Júpiter está do lado dos portugueses. Estes têm o auxílio de Deus, porque – di-lo o poeta – a «Santa Providência (...), em Júpiter aqui se representa»<sup>82</sup>.

---

<sup>79</sup> Luís de CAMÕES, *Rimas*, cit., Oitavas, «A Dom Constantino Vizo-Rei da Índia», p. 294.

<sup>80</sup> *Ibidem*, «Sôbolos Rios...», p. 112.

<sup>81</sup> Determinados valores humanistas como a crença nas potencialidades do homem em conhecer e dominar o mundo e a si próprio, conjugam-se com o postulado do livre arbítrio. Além disso, Camões foi um entusiasta católico do seu tempo, pelo que seria normal não enveredar por doutrinas reformistas, como a da predestinação. Há, porém, muitos poemas camonianos, onde o sujeito lírico não é já senhor do seu próprio destino, mas determinado pelo Fado para a infelicidade e a desgraça: «Posto me tem Fortuna em tal estado,/e tanto a seus pés me tem rendido!/Não tenho que perder já, de perdido», (*Rimas*, cit., p. 183)

<sup>82</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 10. 83.

A cosmovisão do épico é concretizada textualmente por aquilo a que chamou de «grande máquina do Mundo», criada por Deus:

«... fabricada  
assim foi do Saber, alto e profundo»<sup>83</sup>.

Deus é supremamente criador<sup>84</sup>, e é o ordenador e o responsável pela harmonia do universo que «sustenta»<sup>85</sup> e «cerca em derredor»<sup>86</sup>. O «Sumo Deus» é ainda governador supremo «que por segundas/ causas obra no Mundo, tudo manda». Tudo são «profundas/ obras da Mão Divina veneranda:»<sup>87</sup>.

Deus incognoscível («...o que é Deus, ninguém o entende,/ que a tanto o engenho humano não se estende»<sup>88</sup>) governa todo o universo na sua diversidade e movimentação dos «vários orbes»<sup>89</sup>, sendo o mundo

«uniforme, perfeito, em si sustido,  
Qual, enfim, o Arquétipo que o criou.»<sup>90</sup>

O providencialismo em Camões liga-se, por assim dizer, a um senso nacionalista, à formação de uma consciência patriótica e ao espírito reli-

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, 10. 80.

<sup>84</sup> Na Itália do Renascimento floresce, inspirando-se nas doutrinas aristotélicas, o averroísmo que reduziu a posição de Deus criador – criou a partir do nada – a um mero demiurgo ou organizador do primitivo caos. O catolicismo de Camões e as condições sócio-políticas de Portugal (com o Tribunal da Inquisição e a censura literária) não permitiam o florescimento de ideais como os ditados por Averroís.

<sup>85</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 10. 83.

<sup>86</sup> *Ibidem*, 10. 80. Contrariamente às concepções da Idade Média, em que Deus era o centro do universo, em Camões, o universo é por Ele «cerca(do) em derredor».

<sup>87</sup> *Ibidem*, 10. 85.

<sup>88</sup> *Ibidem*, 10. 80.

<sup>89</sup> *Ibidem*, 10. 78. Sobre a concepção renascentista do universo uno, na multiplicidade dos «orbes», cf. *Ib.*, 10. 78-81.

<sup>90</sup> *Ibidem*, 10. 79.

gioso próprio de um homem num país intransigentemente católico<sup>91</sup>. É esse espírito que leva o poeta a contrapor Portugal, elogiando-o, a diversos países da Europa e a considerá-lo exemplo no meio da cristandade, porque às terras longínquas

«vem semear de Cristo a lei  
E dar novo costume e novo Rei»<sup>92</sup>.

Contrariamente à actuação dos «miseros Cristãos» europeus, «que uns aos outros se dão à morte dura»<sup>93</sup>,

«não faltaram Cristãos atrevimentos  
Nesta pequena casa Lusitana»<sup>94</sup>.

E o poeta enumera-os:

«De África tem marítimos assentos;  
é na Ásia mais que todas soberana;  
na quarta parte nova os campos ara:  
E, se mais mundo houvera, lá chegara.»<sup>95</sup>

O apelo à união de cristãos, «todos de um ventre produzidos», contra muçulmanos é feito pela própria crítica ao comportamento dos europeus, alheados da «Casa Santa». N'Os *Lusíadas*, o épico censura os Alemães envolvidos nas guerras da Reforma<sup>96</sup>; Henrique VIII de Inglaterra – o anglicano – perseguidor de católicos<sup>97</sup>; Francisco I de França por se aliar aos Turcos contra Carlos V<sup>98</sup> e a Itália sem coesão e imersa em vícios:

---

<sup>91</sup> A intolerância religiosa (sobretudo com judeus e reformistas) expressa-se social e politicamente por instrumentos repressores e(ou) inibidores da cultura como a Inquisição e a censura, concedidas pela Santa Sé a Portugal, no reinado de D. João III. Mas é também intolerância religiosa a do épico, quando nomeia os muçulmanos de «povo imundo» (7. 2.), de «cães» possuidores da «divina Sepultura» (7. 9.) e de «povo bruto» (7. 13.).

<sup>92</sup> Ibidem, 7. 15.

<sup>93</sup> Ibidem, 7. 9.

<sup>94</sup> Ibidem, 7. 14.

<sup>95</sup> Ibidem, 7. 14.

<sup>96</sup> Ibidem, 7. 4.

<sup>97</sup> Ibidem, 7. 5.

<sup>98</sup> Ibidem, 7. 6.



«Pois que direi daqueles que em delícias,  
 que o vil ócio no mundo traz consigo,  
 gastam as vidas, logram as divícias,  
 esquecidos de seu valor antigo?  
 (...)  
 Contigo, Itália, falo, já sumersa  
 em vícios mil, e de ti mesma adversa.»<sup>99</sup>

Esta crítica-apelo – como observou eficazmente António Sérgio<sup>100</sup> – tem razão de ser, porque, quando da elaboração d'*Os Lusíadas*, o Islão constituía uma ameaça à unidade cristã. O poderio turco era amplamente temido. Só no ano de impressão da obra épica (1572) se dá a vitória definitiva de cristãos em Lepanto, que correspondeu ao fim desse medo e valeu como incentivo à guerra santa.

Mais do que ideais imperialistas, mais do que a convicção no domínio total dos Portugueses sobre a «maura lança», a epopeia propugna a guerra defensiva e conjunta da cristandade. É preciso combater o crente de Mafoma, seja na África, seja na Índia.

Por detrás destes fenómenos políticos, guerreiros e económicos<sup>101</sup> está sempre subjacente a ideia de cumprimento da vontade divina. E a concepção providencialista do universo, dos orbes, da acção do homem na história tem tanto mais razão de ser, quanto mais a vida natural e humana estão sujeitas à mudança, à insegurança, à instabilidade:

«Oh grandes e gravíssimos perigos,  
 Oh caminho da vida nunca certo,  
 que aonde a gente põe sua esperança  
 tenha a vida tão pouca segurança!  
 (...)  
 Onde pode acolher-se um fraco humano,  
 onde terá segura a curta vida,  
 que não se arme e se indigne o Céu sereno  
 contra um bicho da terra tão pequeno?»<sup>102</sup>

<sup>99</sup> Ibidem, 7. 8.

<sup>100</sup> António SÉRGIO, *Em torno das ideias políticas de Camões. Seguido de Camões panfletário [Camões e Dom Sebastião]* (Lisboa, 1977) p. 49; «Anotações», p.61.

<sup>101</sup> Lembramos que, a par da conversão do infiel, uma possível vitória guerreira dos portugueses em Marrocos representaria a resolução de problemas como a carência de cereais no nosso país.

<sup>102</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 1. 105-106.

O homem, reduzido à pequenez da terra que o gerou e encarado segundo uma visão maneirista, precisa do socorro de Deus, tal como Portugal, para sua constituição como reino, necessitou de um «aviso celeste». Assim, o providencialismo em Camões é simultaneamente religiosidade, patriotismo e forma de resistir à adversidade, abrindo os homens à esperança.

O impasse político da metrópole e da Índia<sup>103</sup>, os tempos conturbados que se vivem no reinado de D. Sebastião<sup>104</sup> devem seguir como exemplo e solução o passado histórico de Portugal. Os heróis, os reis até D. Manuel marcados pelo sucesso, pela vitória, pelo esforço e pelo auxílio da Providência, são símbolos de uma orientação superior que diferenciou Portugal na Península e o conservou e ampliou como nação.

A minuciosa referência à história passada tem uma função essencial, centrada no presente: o justo caminho, única orientação ao longo da his-

---

<sup>103</sup> Jorge Borges de MACEDO, («História e Doutrina do Poder n'Os *Lusíadas*», in cit., p. 364) divide a epopeia camoniana em duas partes e afirma que «a primeira parte do Poema é uma história, a segunda começa por um verdadeiro panfleto, como lhe chamaram José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira». E, mais adiante, acrescenta que «O Poema é, agora, nesta segunda parte, da narrativa dos feitos da Índia, luta contra o esquecimento (...) uma forma de garantir a lembrança daqueles que asseguravam a continuidade da presença portuguesa» (Ib., p. 367). Também António SÉRGIO explorou esta ideia do *Camões Panfletário*. Vide *Em torno das ideias políticas...*, cit., pp. 29-63.

<sup>104</sup> Sobre o descontentamento do povo com o governo do rei D. Sebastião, vide Manuscrito 632 da Biblioteca da Universidade de Coimbra, *Fundatio Monasterii Beati Vicentii*, Segunda parte, item (integrado no Cap. 12.<sup>o</sup>) «De algúas couzas que, nesta occazião socederão», onde é relatado o aparecimento a D. Sebastião de dois homens a cavalo: D. Afonso Henriques e seu filho D. Sancho para pessoalmente o repreenderem: «Alguns dias antes da representação datragedia forão vistas algua's noutes no terreiro do passo Dous homés aCauallo, ehum delles em hum branco comhu' montante nas maos, ~q. em altas vozes dizião m.<sup>tas</sup> couzas Das desventuras deste Reino, e couzas malfeitas, ~q. nelle sefazião, e contra o mesmo Rey D. Seb<sup>am</sup>, e P.<sup>es</sup> da Comp.<sup>a</sup> a q'. seg.<sup>do</sup> se dizia o proprio Rey ouvio tudo m.<sup>to</sup> bem; por'e se abrião janellas, ou porta alguma logo a fazião serrar com arcabuzes, q desparavão; Ese dizia por o pouo serem os 2. Cavalleiros ElRey D. Afonso Henriq.<sup>s</sup>, eSeuf.<sup>o</sup> D. Sancho» (pp. 87 V., 88).

tória do povo luso, será aquele percurso que o mesmo povo deve seguir na Índia para garantir e salvaguardar o império oriental.

A mitificação dos reis e heróis, desde as origens de Portugal, e a absolutização gloriosa e harmónica dos seus feitos impõem-se n'Os *Lusíadas* como teorização da história, de modo algum, passiva. Há, nas referências à «grão genealogia»<sup>105</sup>, uma clara intencionalidade: a de desenvolver no homem do tempo a iniciativa da acção, pela garantia de fama e valor aos verdadeiros heróis que, na peugada dos progenitores, sacrificam a vida pela pátria.

A dimensão histórica na epopeia, depois de D. Manuel, é diferente. Não só encerra um propósito de *ser*, fundamentado naquilo que um povo *foi*, por forma a que não haja hiato com os antepassados, como ainda encerra o estímulo à acção meritória de prémio. De facto, o canto épico é, agora, luta contra a injustiça, a adulação, o parasitismo, a ambição individual, no louvor dos que reacendem, pela sua acção, o culto dos seus ancestrais, numa atitude de dinamismo histórico.

Com a «voz «enrouquecida» de cantar a «gente surda» e inconformado com o estado moral, social e mental do país (que iniciava o seu processo de decadência), Camões procura estimular pela epopeia para o despertar<sup>106</sup> da consciência nacional. E impele os heróis a realizações regeneradoras, com o auxílio do passado e de Deus. Como quem pugna por se elevar acima das situações de crise ou de ruptura e se lança – como o dirá mais tarde Pessoa – «na mágoa de um presente infeliz, à saudade imensa de um futuro melhor»<sup>107</sup>, lucidamente e com o vigor da filosofia humanista, incita os Portugueses à acção:

«Por isso, ó vós que as famas estimais,

---

<sup>105</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 3. 3.

<sup>106</sup> Mircea ELIADE, na sua obra *Aspectos do Mito* (Lisboa, Edições 70, 1986, cap.VII «Mitologia da memória e do esquecimento», pp. 99 e sqq.) define o termo “despertar” de um modo passível de ser aplicado à epopeia de Camões: «o “despertar” implica a *anamnesis*, o reconhecimento da verdadeira identidade da alma». Trata-se do «esforço de conservar a memória dos acontecimentos e do desejo de conhecer, o mais exactamente possível, o passado da Humanidade» (Ib., p. 111).

<sup>107</sup> Fernando PESSOA, *Da República (1910-1935)* (Recolha de textos por Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução e organização de Joel Serrão, Lisboa, Ática, 1979) p. 105.

se quiserdes no mundo ser tamanhos  
desperta já do sono de ócio ignaro»<sup>108</sup>

Nas suas acções - cuja dificuldade é ampliada pelo pequeno número «um poder tão singelo e tão pequeno» - o povo luso (porque merecidamente) sempre aufere de ajuda providencial, do «favor do Céu sereno»<sup>109</sup>.

Este Céu, configurado em Deus, é aspiração a que o homem procura ascender, móbil das suas actuações benéficas e o verdadeiro responsável pela grandeza e expansão da «pequena casa lusitana». As empresas militares e marítimas são um compromisso e um sucesso conjunto de Deus e dos homens. Estes, os «cavaleiros» portugueses «...com seu sangue intrépido e fervente/ estendem a (...) *Lei de cima*»<sup>110</sup>, Aquele auxilia-os na criação de um «Império preminente»<sup>111</sup>, porque:

«Quem poderá do mal aparelhado  
livrar-se sem perigo, sabiamente,  
se lá de cima a Guarda Soberana  
não acudir à fraca força humana?»<sup>112</sup>

Os Portugueses recebem de Deus a força necessária para vencer. Só Ele é porto seguro, que os do mundo são engano:

«Bem nos mostra a Divina Providência  
destes portos a pouca segurança;  
bem claro temos visto na aparência  
que era enganada a nossa confiança.  
Mas pois saber humano nem prudência  
enganos tão fingidos não alcança  
Ó tu, Guarda Divina, tem cuidado  
de quem sem ti não pode ser guardado!»<sup>113</sup>

---

<sup>108</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 9. 92.

<sup>109</sup> *Ibidem*, 1. 25.

<sup>110</sup> *Ibidem*, 10. 151. (Itálicos nossos).

<sup>111</sup> *Ibidem*.

<sup>112</sup> *Ibidem*, 2. 30.

<sup>113</sup> *Ibidem*, 2. 31. Repare-se na imagética maneirista: o mundo físico e os homens que nele habitam estão ligados à ideia de engano e de fingimento. Também os portos materiais são lugares de «pouca segurança», porque esta apenas se alcança ao abrigo de Deus. Sobre os temas e imagens da poesia

Sem detrimento da ordem da graça e da noção de providencialismo divino, o passado histórico distante e os actos do herói da epopeia comportam um significado transcendente.

A aventura ao ponto espaço-temporal que é a Índia por «perigos e guerras esforçados»<sup>114</sup> e superados que foram os domínios do Adamastor, essa viagem iniciática é praticada por um herói empreendedor, que aposta no possível e constrói a história, com a ajuda divina. A fidelidade à natureza é, porém, o ponto de partida para a ascese: é na acção e pela acção que se chega à plenitude da vida.

O percurso aventureiro do herói opera-se duplamente como existência humana e trans-humana: além de ascese moral, é acção esforçada, heroísmo do sacrifício, ascese no sentido etimológico da palavra<sup>115</sup>.

A vocação expansionista portuguesa, gesto de magnanimidade cantado e assumido<sup>116</sup> pelo poeta d'*Os Lusíadas*, não se restringe à defesa do princípio da hegemonia do poder temporal do monarca e ultrapassa o propósito de implantação da religião do missionário ardoroso. O épico canta os bons que, pelas obras<sup>117</sup>, transcendem a morada dos homens, transcendem a morada dos mortos e se elevam à morada dos deuses, no lugar de felicidade da vida carnal divinizada.

A visão camonianiana da história, no seu conjunto de episódios e no relato da viagem à Índia, orienta-se para uma concepção finalista teológica, baseada na fé, na explicação apriorística e providencialista do devir, mas que culmina na esperança utópico-profética. A «Ilha dos Amores» é prémio<sup>118</sup>, é glória, é revelação maravilhosa do universo. E, nessa união

---

maneirista, Vítor Manuel de Aguiar e SILVA, *Maneirismo e Barroco na poesia lírica portuguesa*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971, pp. 212 e sqq.

<sup>114</sup> Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 1.1.

<sup>115</sup> *Ascese* significa ginástica que fortifica os músculos, torna flexíveis os membros e aguerrido o corpo.

<sup>116</sup> Cf. Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 1.3. «Que eu canto o peito illustre lusitano/ a quem Neptuno e Marte obedeceram».

<sup>117</sup> *Ibidem*, 1.2.

<sup>118</sup> Cf. «O prémio lá no fim, bem merecido». *Ibidem*, 9.88 (Itálicos nossos). Sobre a «função e significado do episódio da “Ilha dos Amores” na estrutura de *Os Lusíadas*», vide Vítor Manuel de Aguiar e SILVA, *Camões: Labirintos e fascínios* (Lisboa, Cotovia, 1994) pp. 131-144.

dos nautas com as ninfas, é promessa de uma deo-humanidade portuguesa<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> Cf. Maria Luísa de Castro SOARES, *Camões e Pascoaes. Dimensão profética e idealismo humano de dois poetas da espiritualidade portuguesa* (tese dact., Vila Real, UTAD, 1999) pp.557-560.